

O futebol feminino em Guanambi: realidade vestida de preconceito

The feminine soccer in Guanambi: dressed reality of preconception

Marlon Messias Santana Cruz¹

João Narciso Barosa Neto²

Fábio Kleber Souza Santos³

Flânio Jesus Lessa⁴

Resumo: A Educação Física escolar contribui para a formação do sujeito, o que implica colocar-se contra valores e práticas que desrespeitam a dignidade da pessoa. Assim, o objetivo deste estudo foi desvelar e explicitar os preconceitos associados à questão de gênero, partindo da prática do futebol feminino no Brasil. Procurou-se compreender as interfaces e desdobramentos desta prática no interior da escola, analisando a realidade de praticantes no município de Guanambi-BA. Para tal foram analisadas matérias de jornais e entrevistas concedidas por jogadoras de futebol feminino. Apesar de todo o preconceito que se pôde evidenciar durante a análise desses dados, destacou-se o alto índice de praticantes de futebol, tanto nas escolas como em bairros, demonstrando o espírito da mulher quando o que está em questão é sua busca por espaços antes apenas frequentados por homens.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Gênero. Futebol.

Abstract: Physical Education classes contribute to the formation of subject, which implies the rise against values and practices which flout the person's dignity. The purpose of this study was to uncover and clarify the prejudices associated with the gender issue, based on the practice of female soccer. We have tried to understand the interfaces and what was unfolded by this practice within the school analyzing the reality of practitioners in the municipality of Guanambi-BA. To reach that goal, materials and interviews provided by football players and literature were analyzed. Despite all the prejudice evidenced during the data analysis we should point out the high number of female soccer players both in schools and districts, what shows the spirit of women and their will to have free access to spaces before frequented only by men.

Key words: Pertaining to school Physical education, Sort and Soccer

1 Especialista em Metodologia do Ensino e Pesquisa em Educação Física Esportes & Lazer pela LEPEL - FAGED - UFBA. Professor da rede Municipal de Ensino em Janaúba-MG

2 Especialista em Educação Física escolar

3 Licenciado em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XII

4 Licenciado em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XII

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta um resumo sobre a formação social da mulher brasileira, a sua emancipação no esporte e, principalmente, sua participação no futebol, buscando demonstrar que ela vem ampliando conquistas na sociedade moderna. Dessa forma, relatou-se e discutiu-se sobre o futebol feminino na cidade de Guanambi¹, e como ele pode contribuir para uma melhoria nas vidas dessas desportistas que sempre estão lutando para conseguir seu espaço, tanto na sociedade quanto no esporte.

O estudo trouxe à tona o seguinte problema: mulheres que jogam futebol ainda sofrem preconceito na cidade de Guanambi? Acredita-se que esse problema está presente em todo território nacional quando afirma-se em nossa hipótese que, apesar de todas as conquistas alcançadas no âmbito pessoal, as mulheres ainda sofrem preconceito quando se trata da prática esportiva, principalmente o futebol, pois ainda prevalecem na sociedade preconceitos característicos da cultura patriarcal, mesmo em pleno século XXI.

O estudo de campo de cunho quanti-qualitativo utilizou, como instrumentos de coleta de dados, questionários e entrevistas semi-estruturadas direcionadas às praticantes de futebol, além de outro questionário direcionado especificamente ao Secretário de Esporte, Cultura e Lazer de Guanambi-BA. Foi realizado ainda um estudo bibliográfico sobre a inserção da mulher no esporte e a resistência desta para se manter esportista dentro da sociedade patriarcal dominante no país, como consta do Decreto Lei 3.199, vigente até 1975: Art.54 “Às mulheres não se permitirá a prática de esportes incompatíveis com as condições de sua natureza”.

A “natureza feminina” é entendida nessa lei como mera reprodutora, o que faz entender que esportes com contatos físicos não seriam apropriados para mulheres, pois podem ocasionar lesões que comprometam a fertilidade. O que nos leva a outra questão: tais acidentes não causariam traumas semelhantes nos homens que praticam os esportes aqui citados? Respeitando as diferenças de sexo (biológicas) e gênero (atribuídas pela sociedade), a resposta

à questão anterior seria equivalente pelo fato de homens e mulheres apresentarem fragilidades parecidas.

Ao se falar em diferenças de gênero traz-se concomitantemente o que diz Goellner “... essas diferenças já nascem prontas (são naturais) ou são construídas pela cultura, pelas nossas atitudes e pelos nossos valores?” (GOELLNER, 2000, p. 83). A autora nos leva a questionar até que ponto há influência no comportamento da sociedade quando, ao nascerem, meninas vestem rosa e brincam de casinha, meninos vestem azul e ganham bolas de futebol; os quartos e brinquedos traduzem o pensamento machista da sociedade. Dessa forma, esse pensamento resiste às mudanças propostas que buscam igualdade de valores entre homens e mulheres.

REFERENCIAL TEÓRICO

A mulher no esporte: rompendo barreiras

Historicamente, as mulheres desempenharam papel secundário em relação aos homens em quaisquer setores da sociedade. Essa dita superioridade masculina foi construída culturalmente a partir das diferentes formas de educar homens e mulheres, o que conferiu competências e habilidades específicas para cada gênero. Escola e Família são consideradas as principais instituições responsáveis pela construção e/ou reprodução de valores estereotipados acerca das questões de gênero. Louis Althusser classifica a escola e a família como Aparelhos Ideológicos, uma vez que:

Tomam a seu cargo crianças de todas as classes sociais [...] inculcando-lhes durante anos, saberes práticos envolvidos na ideologia dominante [...] velando pela manutenção do status quo, ou seja, na ordem social vigente, e reprimindo as tentativas de contestação. (ALTHUSSER, 1985, p. 28).

Mesmo com a criação de escolas mistas, a relação estabelecida de superioridade dos homens frente às mulheres continua até os dias atuais, já que

1 Município da região sudoeste do estado da Bahia, aproximadamente a 792 Km de Salvador, capital do estado.

muitos/as professores/as fazem uso de práticas que deixam transparecer os estereótipos e os preconceitos de gênero. Estes, inconscientemente, “cobram” coisas diferentes de meninos e de meninas. Desse modo, as diferentes maneiras de tratar meninos e meninas no âmbito escolar fazem com que estes assumam determinadas posturas frente à sociedade.

Ao sexo feminino, por exemplo, coube geralmente a educação com forte conteúdo moral e social, dirigido para o fortalecimento do papel de mãe e esposa. Desse modo, as diferentes formas de tratar meninos e meninas no âmbito escolar, fez com que estes assumissem posturas desiguais frente à sociedade. Sobre este fato, Guacira Louro ressalta que:

(...) As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de formas tão densas e particulares que permitia – a partir de traços, de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar – dizer, quase com segurança que determinada jovem foi normalista, que o rapaz cursou o colégio militar ou que um outro estudou seminário (LOURO, 1997, p. 62).

A Educação Física também, muitas vezes, auxilia na consolidação desses conhecimentos deturpados, pois existe, incutida na cultura deste componente curricular, a pseudo-superioridade masculina, devido ao fato de os meninos apresentarem maior desenvoltura no desenvolvimento de atividades físicas. Entretanto, sabe-se que tais diferenças são resultantes do maior número de vivências realizadas pelos meninos, o que enriquece seu repertório motor.

O ambiente esportivo, de maneira geral, ainda é bem machista em seus vários níveis. Há mais postos de trabalho para homens do que mulheres em cargos administrativos. Não conhecemos nenhuma mulher na direção de um clube de futebol; nas equipes masculinas inscritas em competições; comentaristas e repórteres especializados e, em alguns casos, há exploração da beleza em detrimento do conhecimento específico em programas de debates sobre futebol.

Mesmo as modalidades cujas equipes femininas são mais representativas internacionalmente são menos “valorizadas” no mercado em relação às equipes masculinas. Consequentemente existem sa-

lários mais baixos e os investimentos das empresas são menores. Prova disso vem do fato de que a melhor jogadora do mundo, eleita pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) por dois anos consecutivos, a brasileira Marta, recebe um salário equivalente a R\$ 35.000,00, enquanto o melhor jogador do mundo na atualidade, o também brasileiro Kaká, escolhido pela mesma entidade, tem vencimentos anuais que ultrapassam os 25 milhões de reais. Essa situação fica ainda mais injusta quando se analisam os resultados alcançados por nossas seleções feminina e masculina nas últimas competições, disputadas por ambas, nas Olimpíadas de Atenas. As mulheres chegaram ao pódio com o segundo lugar enquanto os homens não alcançaram sequer a classificação para disputar a mesma; nos últimos Jogos Olímpicos realizados na China, a seleção feminina de futebol do Brasil novamente conquistou um lugar de maior destaque no pódio que a masculina, ficando mais uma vez com a prata.

Aos homens restou contentarem-se com um bronze, com um grande sabor de fracasso, quando se leva em conta todo o incentivo financeiro e midiático que tem a “inigualável” seleção brasileira de futebol masculino. Na última Copa do Mundo de futebol masculino o Brasil deixou a competição ao ser eliminado nas quartas de final, enquanto a seleção feminina, durante competição de nome equivalente, novamente apresentaram melhor desempenho: chegaram à final e ficaram com o segundo lugar. Ao se levar em conta os resultados obtidos pelas mulheres nas principais competições de futebol, chega-se à conclusão de que elas realizaram atos históricos e heróicos, pelo fato de enfrentarem atletas que possuem incentivo financeiro e social para atuarem como tal.

A mulher no esporte de competição sofreu um processo de discriminação que dificultou sua participação nas mais diversas modalidades. Porém, com o engajamento da mulher na produção sócio-econômica, política e cultural, ocorreram mudanças nesse quadro e, dessa forma, elas também se incorporaram ao esporte. No entanto, as mulheres são atingidas pela sobrecarga de treinamentos e competições, o que as leva a desenvolver algumas vezes corpos másculos para atingir o fim específico do esporte de competição: a vitória.

Apesar de todas as vitórias, as mulheres que se aventuram na carreira esportiva enfrentam uma série de preconceitos e barreiras profissionais. Elas lidam, mesmo hoje em dia, com dificuldades para obtenção de patrocínio, e o fantasma da masculinização do corpo ainda as persegue. Conforme destaca Ana Maria dos Anjos, citada por Aline Durães,

(...) a praticante de esporte muda um pouco seus movimentos e vestuário, mas a idéia de que ela se torna masculina é um senso comum. Ultimamente, tenho notado que muitas delas, como não conseguem demonstrar feminilidade na hora dos jogos, acabam fazendo isso antes, através de maquiagem, por exemplo, exatamente para mostrar que ainda são mulheres (ANJOS apud DURÃES, 2007, p. 149).

A escassez de representantes do sexo feminino em cargos de direção nas entidades reguladoras dos esportes e em secretarias de estado relacionadas ao tema acaba por se constituir, de acordo com Ana Maria dos Anjos, em um entrave à prática esportiva feminina. Segundo a professora, ao ocupar um lugar de chefia nesses órgãos, a mulher poderia ajudar a derrubar preconceitos não só junto aos atletas, mas, principalmente, junto à sociedade:

(...) em muitos casos, o problema não é somente a falta de interesse das mulheres em participar de competições, mas sim a família que as impedem de treinar por medo de mudanças no corpo das esportistas (ANJOS apud DURÃES, 2007, p. 150).

Podemos observar que a mulher vem sempre em segundo plano, pois são poucas as modalidades desportivas em que de fato existe um incentivo para elas. Mas, talvez o mais vergonhoso para os brasileiros do “país do futebol” é ter que conviver com a total falta de estrutura e apoio para o melhor futebol feminino do mundo. Apesar de todas as dificuldades, as atletas brasileiras têm se mostrado verdadeiras guerreiras e vencedoras. Como exemplo, temos a conquista da medalha de prata da última olimpíada e a medalha de ouro no Pan Rio 2007, além das conquistas da seleção sub 17. Para se ter uma idéia, apenas em 2007 ocorreu a primeira liga nacional de futebol

feminino, com a participação de 24 equipes, promovida pela Federação do Rio de Janeiro. Esta liga se deu entre os dias 7 a 17 de março de 2007, os jogos foram sediados no Rio de Janeiro, consagrando-se campeã a equipe do Santos Futebol Clube.

No município de Guanambi a realidade não é diferente. Existe um apoio por parte da prefeitura e patrocinadores para o desenvolvimento da prática do futebol masculino, pois há campeonatos municipais com a participação de várias equipes, além da presença de times da cidade em campeonatos intermunicipais. Essa forma de apoiar não contempla as mulheres que praticam futebol na cidade, pois os órgãos existentes não demonstram a mesma preocupação com a prática desse desporto pelas atletas, que vivem a buscar ascensão e reconhecimento perante a sociedade. Em contrapartida, identifica-se grande incentivo à prática de futebol por mulheres dentro das escolas municipais e estaduais de Guanambi, o que leva a imaginar dias nos quais o respeito à alteridade venha a ser trabalhado e desenvolvido dentro das escolas, ultrapassando seus muros, desmistificando a idéia já ultrapassada de que “futebol é coisa de homem”.

O futebol feminino e o preconceito

A prática tradicional da separação dos sexos nas aulas de Educação Física fundamentou-se por muito tempo, em concepções de ensino, as quais se baseavam numa visão dualista de homem, sendo competência da Educação Física apenas cuidar do corpo, ora educando-o, ora adestrando-o. É sabido que esta corrente tradicionalista que concebe a Educação Física a partir do paradigma tecnicista-biológico do esporte de rendimento, tende a adotar pontos de vista biológicos para explicar as diferenças físicas e comportamentais existentes entre homens e mulheres, e tende, em geral, à rejeição de aulas co-educativas. Assim, por basear-se no pensamento positivista, construiu imagens de homem, mulher e sociedade atreladas aos princípios do máximo rendimento e produtividade. Consequentemente justificase a superioridade física e intelectual do homem, uma vez que somos levados a analisar as questões referentes a gênero apenas do ponto de vista motor.

Já na perspectiva progressista, a separação dos sexos nas aulas de Educação Física só faz reafirmar as estratégias que instituíram as diferenças entre homens e mulheres, diferenças essas projetadas sobre a imagem de ser humano e mundo. Portanto, esta considera a educação conjunta de meninos e meninas uma importante ferramenta na busca pela equidade nas aulas de Educação Física e esporte.

O Esporte tem sido considerado por muitos estudiosos como o fenômeno sócio-cultural mais expressivo da atualidade, presente na vida da maioria das pessoas no mundo. Todavia, historicamente, o esporte na sociedade ocidental nem sempre foi um espaço democrático (BRACHT, 2005), já que se baseou numa prática elitista cuja essência era a dominação pela potencialização de atributos definidos pela sociedade como meramente masculinos, estando “intensamente associados a componentes viris, vinculados a agressividade, competitividade, e força física – atributos do guerreiro -, incompatíveis com o pudor, a fragilidade e a doçura – atributos da fêmea que procria” (ROSEMBERG, 1995, p. 275).

No caso do futebol há algumas especificidades que o tornam muito aberto a interpretações. Para explicação desse fenômeno, recorreu-se às considerações que Luiz Henrique de Toledo (2000, p. 38-52) fez acerca do futebol. Segundo o antropólogo, o referido jogo possui três naturezas. A primeira delas se refere às regras que dão universalidade ao futebol. A segunda é formada pelas várias formas de se jogar o futebol. Tratam-se das táticas empregadas por diferentes países e treinadores baseadas na disposição dos jogadores em campo. Tal natureza não é limitada pela regra, ou seja, diferentemente de outros jogos, as regras do futebol não determinam as formas de jogar. Já a terceira natureza abriga as representações coletivas que legitimam determinadas táticas e estilos de jogo. O diálogo entre essas três naturezas faz do futebol um esporte marcado pela imponderabilidade e aberto às representações coletivas (COSTA, 2009).

Nesse sentido, pode-se afirmar que além de diferenças naturais ou biológicas, os gêneros apresentam diferenças corporais culturalmente construídas. Desse modo, desde que nascem as crianças já possuem um “roteiro de vida”, construído a partir das expectativas dos seus pais, a ser seguido. Souza Jr. (2004) denominou este “roteiro” de “Plano de Vida”, que se trata do direcionamento de atividades para cada sexo especificamente, baseado nos papéis que

estas crianças devem assumir diante da sociedade. Então, para os meninos são propostas brincadeiras mais dinâmicas, que careça de força, velocidade, e ao mesmo tempo envolvam situações de perigo, enquanto às meninas são concedidas brincadeiras que possuam relação com as funções ditas como próprias da mulher na sociedade – ser mãe, esposa e dona de casa – entendendo a menina – criança como uma adulta em miniatura.

A necessidade de analisar o futebol como esporte masculino, parte do princípio de como se processa a construção dos papéis sociais colocados para a mulher tanto no esporte, quanto na sociedade. Sendo assim, segundo Moura (2003), se as questões de gênero forem abordadas no futebol sem sentir a preocupação em redefinir o lugar da mulher no esporte e na vida social, o futebol torna-se espaço exclusivo de afirmação da masculinidade.

No entanto, algumas torcidas organizadas femininas que vem sendo criadas têm como lema uma oposição às “Maria-chuteiras”. Um bom exemplo é a ala feminina dos Dragões da Real (torcida organizada do São Paulo Futebol Clube) que tentam se justificar como “autênticas” torcedoras. Vale um destaque especial para as mulheres que “invadiram” os estádios de futebol do Brasil com o intuito único de torcer, por conhecerem e gostarem do esporte (COSTA, 2009). A legislação, do mesmo modo que os especialistas contribuíram para que o processo de entrada das mulheres no esporte mais praticado no país se desse apenas no final da década de 1980. Durante a ditadura militar, o CND (Conselho Nacional de Desporto) proibiu as mulheres de praticarem lutas, futebol, pólo aquático, pólo, rúgbi e baseball. Somente em 1986, o CND reconheceu a necessidade de estímulo à participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas do país (CASTELLANI FILHO, 1991).

Na pesquisa conduzida por Souza JR. (1991), as garotas foram questionadas sobre qual seria a opinião dos garotos a respeito do fato de elas estarem jogando futebol. Interessantemente a maioria delas respondeu que eles passariam a considerá-las masculinizadas e que ficariam com medo das meninas porque elas poderiam ganhar dos meninos. O mesmo argumento pode ser observado na indagação de um jornalista durante a Olimpíada de Atlanta (citado por SALLES; SILVA; COSTA, 1996, p. 766) quando comparava o desempenho das seleções masculina e

feminina de futebol e questionou: "Já imaginou que situação esquisita se as mulheres trouxeram medalha de futebol e os homens não?"

Sousa et al. (1996) lembraram que um dos argumentos contra a co-educação no Estado de Minas na década de 1930 foi a de que, se as meninas obtivessem notas melhores, estariam humilhando os meninos, colocando-os em condição de inferioridade, de pessimismo, de desânimo, o que é evidentemente prejudicial ao espírito do rapaz.

Os resultados da pesquisa de Altman (1998) também auxiliam na discussão dessa questão quando lembram que o papel do futebol feminino na escola representa para os garotos mais uma ameaça do que um desafio. A expectativa dos alunos de que práticas e espaços esportivos são dominados por meninos colocava-os, de certa forma, numa obrigação de serem superiores às meninas, as quais eram, a priori, consideradas más jogadoras, necessitando demonstrar o contrário se quisessem jogar com eles. Ainda assim, jogar com as meninas não era um desafio para os meninos, pois um bom desempenho contra elas não lhes creditava qualquer mérito especial, e jogar pior que elas eram um vexame, indo contra a expectativa de superioridade masculina nesse universo. Desse modo, jogar com as garotas representa, para eles, não um desafio, mas uma ameaça. (DARIDO, 2002)

O papel da educação física no esporte

No mundo contemporâneo, os esportes, as ginásticas, as danças e as lutas tornam-se, cada vez mais, produtos de consumo e objetos de informação amplamente divulgados ao grande público. Desde cedo os alunos tomam contato com as práticas corporais e esportivas através da mídia. São transmissões esportivas, aulas de ginásticas, entrevistas, análises de regras e táticas esportivas, sugestões de novos exercícios e de equipamentos, etc. (BETTI, 1999). Revistas, jornais, TV, internet, enfim, toda a mídia, percebendo a importância da cultura corporal, despende cada vez mais tempo com informações e notícias sobre esporte e atividade física. São canais só de esportes, coberturas recordes de olimpíadas e inúmeras revistas recheadas de matérias sobre o corpo, oferecendo dicas sobre as diferentes práticas corporais (DARIDO, 2002).

Segundo Costa; Silva, de maneira geral, as meninas e os meninos "escolarizados" receberam educação diferenciada, consequência dos diferentes papéis que eram requisitados para os mesmos, ou seja, "para as meninas serem boas esposas e mães, e para os meninos bastaria serem bons trabalhadores para sustentar a casa". (COSTA; SILVA, 2002, p. 43). Este mesmo autor prossegue afirmando que a partir da década de 70, as mulheres começaram a refletir sobre a discriminação que sofreram, passando a compreender que as diferenças de gênero não são produtos das diferenças biológicas, mas consequência das estruturas sociais e culturais que enaltecem o masculino e desvalorizam o feminino.

Quanto aos aspectos metodológicos que devem ser adotados pelos professores de Educação Física, duas posições diferentes podem ser observadas na área apontadas por Faria Jr. (1995) e Altman (1998) citados por Darido (2002).

Faria Jr (1995) entende que a prática do futebol como desporto de equipe, pode atuar como meio eficaz de ensinar aos jovens a tolerância e aceitação das diferenças individuais e para isto propõe uma série de procedimentos dos professores de Educação Física: dividir os alunos em grupos equilibrados em relação às habilidades motoras, força e velocidade e, para jogos, designar quem tem mais habilidade, força ou velocidade, para marcar quem é mais talentoso, veloz ou forte da outra equipe; modificar as regras de tal forma que dois sucessivos chutes a gol não possam ser dados por jogadores do mesmo gênero. Cada tentativa de fazer o gol pede uma ação anterior do jogador de outro gênero, o gol só será válido se o passe for efetuado por um aluno do gênero oposto (o menino dar o passe para a menina ou a menina dar o passe para o menino); evitar ocorrências como relacionar as meninas por último, escolher apenas os meninos para fazer demonstrações, designar apenas os meninos para capitão da equipe, dirigir atenções preferencialmente a eles. Não dirigir, de forma alguma, piadas e linguagens com conotações sexistas, por exemplo, marcação homem a homem em jogo de mulheres, e utilizar estratégias de modalização, mostrando fotos e desempenho de jogadoras de futebol (DARIDO, 2002).

Já Altman levanta alguns contra-argumentos com relação às mudanças das regras para facilitar a participação das garotas. Ao criar regras específicas

que possibilitem uma maior participação feminina no jogo, condicionar o gol ao toque de todos os jogadores ou autorizar apenas às meninas a marcá-los. Essas regras, ao impedirem que um jogador livre de marcação marque um gol, quebram a dinâmica do jogo, e as meninas podem ser "culpadas" por isso, pois fora por causa delas que as regras haviam sido modificadas. (ALTMAN apud DARIDO, 2002). Modificar as regras do jogo pode representar, como lembra Louro (1995), uma forma de ajustar o jogo à debilidade feminina, mais uma vez consagrando-se a idéia de que o feminino é um desvio construído a partir do masculino.

Assim uma intervenção na mudança de regras que se propõe a evitar a exclusão acaba, contraditoriamente, por gerá-la. A exclusão então é tratada como unicamente de gênero, como se apenas as meninas enfrentassem esse problema, sendo desconsideradas outras formas de exclusão implícitas nas aulas de educação física e nas práticas esportivas. Privam-se, assim, outros excluídos dos possíveis benefícios gerados a partir da intervenção. A exclusão gerada pela competitividade não se manifesta apenas quando o jogo era praticado entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, ela não é um problema somente de gênero. Gênero, idade, agilidade, força, habilidade, entre outros, são critérios que formam um emaranhado de exclusões (ALTMAN apud DARIDO, 2002).

Na verdade, a estratégia mais adequada no tratamento das questões ligadas ao futebol feminino é unir e separar os meninos das meninas, dependendo das atividades que estão sendo realizadas, bem como das características do grupo, nível de habilidade, número de alunos e outras. Essa consideração acaba por tornar o trabalho do professor ainda mais complexo, uma vez que ele deve considerar todas as características do contexto e tomar a melhor decisão, entre unir ou separar os grupos (DARIDO, 1999).

METODOLOGIA

Na coleta de dados, buscou-se enfatizar temas que trouxessem uma alta dose de polêmica, e alguns outros que são considerados relevantes para autores que debateram o futebol feminino nos últimos anos, para fundamentar os questionários utilizados nas entrevistas. Foram entrevistadas atletas da equipe de futebol do município de Guanambi, Minas Gerais e estudantes da Escola Municipal José Teixeira. A pes-

quisa contou também de questionário direcionado ao diretor do Departamento de Cultura Esporte e lazer do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 53 meninas, sendo que, desse total, 20 eram "atletas" da equipe da cidade, e 33 estudantes da Escola Municipal José Teixeira. A partir dessas chegamos aos seguintes números:

- Questionadas sobre violência no futebol, 80% das entrevistadas não o consideram um esporte violento, derrubando o pensamento de alguns(as) autores(as) que afirmam existir violência excessiva na prática do futebol, o que causaria danos expressivos aos corpos delicados das mulheres, principalmente ao aparelho reprodutor feminino;

- sobre uma possível superioridade masculina em relação à prática de futebol, 60% das respostas foram negativas, demonstrando o pensamento de igualdade de oportunidades da vivência esportiva a que homens e mulheres devem buscar em conjunto dentro da sociedade;

- interrogadas sobre o incentivo que elas encontram em casa ou na sociedade, veio à tona a realidade do futebol feminino em Guanambi, já que 70% delas responderam não haver incentivo de parentes e amigos para que continuem praticando futebol. Essa constatação nos remete à realidade da nossa sociedade e seu pensamento machista;

- questionadas sobre a existência do preconceito em relação ao futebol feminino, 90% afirmaram sentir a existência dele; 55% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de preconceito por praticarem futebol, dentre elas, 53% garantiram ter passado pela referida situação dentro da própria casa.

- em contrapartida a tudo que foi evidenciado durante a pesquisa, pode-se constatar que dentro das aulas de Educação Física esse quadro vem apresentando mudanças significativas, pois compreende-se que uma das funções sociais, senão a mais importante delas, é que

Moças e rapazes devem se capacitar em aulas de Educação Física, independentemente das suas diferenças, para uma prática conjunta do esporte, de forma a que essa prática esportiva possa ser participativa e possa ser entendida como algo positivo (BRODTMANN; KUGELMANN apud SARAIVA, 2005, p. 177).

Assim, 80% das entrevistadas afirmaram existir grande incentivo dentro das escolas públicas da cidade, mais especificamente nas aulas de Educação Física.

O questionário direcionado ao diretor do Departamento de Cultura Esporte e lazer do município, buscou detectar o nível de incentivo das políticas públicas de lazer voltadas à prática do futebol feminino, já que como dizem González e Fenteirseifer quando citam a Constituição Federal “que o poder público incentivará o lazer como promoção social.” (GONZÁLEZ; FENTEIRSEIFER, 2005, p. 325). Os mesmos ainda atribuem responsabilidades maiores aos órgãos públicos ao dizerem que,

Política Esportiva é o conjunto de princípios, de diretrizes e de ações estratégicas desenvolvidas pelos poderes públicos e pela iniciativa privada no objetivo da promoção e desenvolvimento da cultura do esporte, seja em suas atitudes formativas (educativas), de lazer (recreativo ou contemplativo) ou performáticas ou de rendimentos (espetáculos e resultados atlético-recordes e vitórias), profissionalizadas ou não. Essa política é prevista na Constituição Federal e garante o esporte como direito de todos. (GONZÁLEZ e FENTEIRSEIFER, 2005, p. 327).

Voltando às respostas, quando perguntado sobre realizações de competições de futebol feminino, tomando como exemplo a existência de campeonatos tradicionais do desporto exclusivamente voltados ao público masculino, foi respondido que “falta interesse dos poderes públicos em investirem em áreas de lazer, bem como no futebol feminino, pois não existe retorno através de dividendos”. Em relação a essa questão, destacamos a tradução dada pelo diretor ao termo “dividendo” que, do auge da seriedade da política brasileira, o mesmo informa que “dividendo” é igual a votos.

Diante desses dados, os números do jogo são de total desvantagem para o futebol feminino, e, ao mesmo tempo, toda a sociedade perde o jogo. Já que buscamos evidenciar algo que para muitos é fato: o preconceito. Sabe-se também o quanto ele é camuflado e escondido no seio da sociedade guanambiense e brasileira.

CONCLUSÕES

A partir da análise dos dados coletados obs-

ervou-se que ainda existe preconceito quanto à prática do futebol pelas mulheres na cidade de Guanambi – BA. Apesar do incentivo que a maioria das entrevistadas afirmou existir nas escolas que frequentam ou frequentaram, além também de existir o incentivo de amigos, pode-se observar que esse mesmo incentivo não existe por parte da maioria dos parentes das mesmas. Dessa forma, apesar de todo o avanço tecnológico e cultural, devido à globalização, a sociedade brasileira, em especial a Guanambiense, ainda é machista, retrógrada e não permite que a igualdade de oportunidades aconteça no âmbito esportivo, principalmente em se tratando de futebol.

Segundo Darido (2002), o reconhecimento e a reflexão dos professores sobre as diferenças entre os alunos, lhes permitem utilizar o esporte e outras manifestações da cultura corporal como meios eficazes de transmitir aos seus educandos a tolerância e a aceitação das diferenças individuais, possibilitando um respeito mútuo entre os gêneros nas diversas áreas da vida, pois,

“(…) isso significa que a aula de Educação Física em separado para meninos e meninas deveria ser evitada, porque somente em conjunto poderá ser buscada a igualdade de chances, a desconstrução da relação de dominação e a quebra de preconceitos entre os sexos...” (SARAIVA, 2005, p. 182).

Apesar de todo o preconceito que se pôde evidenciar durante a análise desses dados, destaca-se o alto índice de praticantes de futebol feminino em Guanambi, tanto nas escolas como em bairros. Isso demonstra o espírito da mulher brasileira quando o que está em questão é sua busca por espaços antes apenas frequentados por homens. Levando-nos a imaginar dias melhores para essas mulheres que ainda se encontram à margem do esporte, já que, se levarmos em conta o início da prática do futebol em nosso país, no qual os negros não eram bem aceitos pelos clubes de futebol, e, após uma luta incessante por espaços, um negro brasileiro foi considerado o maior atleta de todos os tempos.

Após as últimas conquistas da seleção feminina de futebol do Brasil, vimos um maior interesse das mulheres pelo futebol, bem como um início de mudança no tratamento dado pela imprensa a essa prática. Diante disso precisamos agir de maneira que esse esporte possa ser visto e aceito com naturalidade

não só por praticantes desta modalidade como por toda sociedade brasileira, em especial a guanambiense. Esperamos que o respeito à alteridade seja meta nas aulas de Educação Física, bem como em toda a sociedade, buscando visões diferentes para uma transformação da sociedade a caminho da desejada equidade de valores que almejamos quando se trata de gênero.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L.. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado; tradução de Walter Evangelista e Maria Laura V. de Castro. RJ: Edições Graal, 1985.

ALTMAN, H. *Rompendo Fronteiras de Gênero*: Marias (e) homens na Educação Física. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

BETTI, M. Educação Física, Esporte e Cidadania. *Revista Brasileira de Ciências do esporte*, v. 2-3, n.20, p.14-21, 1999.

BRACHT, V. *Sociologia Crítica do Esporte*: uma introdução. 3. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil*: a história que não se conta. Campinas, SP: Papius, 1991.

COSTA, L. M. *Traduzindo o universo do futebol feminino*. 2009. Disponível em: <<http://domingoesportivo.blogspot.com/2009/02/traduzindo-o-universo-do-futebol.html>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

COSTA, M. R. F.; SILVA, R. G. A Educação Física e a Co-Educação: igualdade ou diferença? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54, jan. 2002.

DARIDO, S. C. *Educação Física na Escola*: Questões e Reflexões. Araras, SP: Gráfica e Editora Topázio, 1999.

DARIDO, S. C. *Futebol Feminino no Brasil*: do seu início à prática pedagógica. Motriz. Rio Claro, v. 8 n. 2, p. 43-49, 2002

DURÃES, A. *Mulher no esporte: conquistas e desafios*. In: <http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/imprimir.php?id_edicao=149&codigo=1>. Acesso em: 17 maio 2007.

FARIA JR, A. G. Futebol, questões de gênero e co-educação: algumas considerações didáticas sob enfoque multicultural. *Revista de Campo: Futebol e Cultura Brasileira*, São Paulo, v.2, p.17-39, 1995.

GOELLNER, S. V. Pode a mulher praticar o futebol? In: CARRANO, P. C. R. (Org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. p. 79-93.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). *Dicionário Crítico de Educação Física*. Ijuí-RS: Unijuí, 2005.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1997.

_____. *Gênero, história e educação*: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, p. 101-132, jul/dez. 1995.

MOURA, E. J. L.. As relações entre lazer, futebol e gênero. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PEDROSA, M. *Gol de letra*: o futebol na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Gol, 1967.

ROSEMBERG, F. *A Educação Física, os Esportes e as Mulheres*: balanço da bibliografia brasileira. In: ROMERO, E. (Org). *Corpo, Mulher e Sociedade*. Campinas: Papius, 1995. p. 271 – 308.

SALLES, J. G. C.; SILVA, M. C. P.; COSTA, M. M. *A Mulher e o Futebol*: Significados Históricos. In: VOTRE, S. (Coord.) *A representação social da mulher na educação física e no esporte*. Rio de Janeiro: Editora Central da UGF, 1996. p. 68-91.

SARAIVA, M. C. *Co-educação física e esportes*: quando a diferença é mito. Ijuí-RS: Unijuí, 2005.

SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D.; MACEDO, L. L. *O ser mulher no esporte de competição: a mulher e a busca dos limites no esporte de rendimento*. Revista virtual e Artigos. Natal/RN, v. 3, n. 5, 2005. Disponível em: <<http://efartigos.atSPACE.org/otemas/artigo53.html>>. Acesso em: 18 set. 2008.

SOUSA, C.; CATANI, D.; SOUZA, M. C.; BUENO, B. *Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 2, p. 61-76, 1996.

SOUZA JR, O. M. A implementação de uma proposta de futebol feminino para a Educação Física escolar. 96 f. Monografia - Instituto de Biociências da UN-

ESP/Rio Claro, 1991.

SOUZA JR, O. M.. Educação Física Escolar, Co-Educação e Questões de Gênero. In: DARIDO, S. C.; MAITINO, E. M. (Orgs.). *Pedagogia Cidadã: caderno de formação, Educação Física*. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2004

TAFFAREL, C. N. Z. *Brasil: políticas públicas e exclusão social*. 2004. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital. Acesso em: 18 set. 2007.

TOLEDO, L. H. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.